



St George's House
Knoll Road
Camberley
Surrey GU15 3SY
Reino Unido
Telf.: +44 (0)1276 682828
Fax: +44 (0)1276 63334

**Segurado de Indemnização
Profissional**

RESUMO EXECUTIVO

**Relatório Final sobre a
Auditoria de Recuperação de Custos para 2015 para a
Área 1 Offshore da Bacia do Rovuma – República de Moçambique**

**Desenvolvido
para o
Instituto Nacional de Petróleo**

Rev.	Data	Descrição	Por	Verificado	Garant. Qual.	Aprovado
0	30 de outubro de 2019	Minuta	JE/RE/WS/TE	TS	ID	GPE
1	1 de novembro de 2019	Final	JE/RE/WS/TE	TS	ID	GPE
2	22 de novembro de 2019	Final (Revisado)	JE/RE/WS/TE	TS	ID	GPE

1 Resumo Executivo

1.1 Enquadramento

O Governo de Moçambique e várias empresas petrolíferas (Concessionárias) têm explorado hidrocarbonetos na Bacia do Rovuma desde 2007. As operações petrolíferas são regidas pelos termos e condições do Contrato de Concessão de Pesquisa e Produção (CCPP) assinado entre as Concessionárias e o Governo.

Foram feitas várias descobertas de gás com reservas recuperáveis estimadas de mais de 180 triliões de pés cúbicos (tcf) nas Áreas 1 e 4 offshore da Bacia do Rovuma. Estão agora em curso planos para implementar projetos LNG (gás natural liquefeito) para comercializar estas reservas.

De acordo com os termos do CCPP, as Concessionárias suportam e pagam todos os custos contraídos no desenvolvimento das operações petrolíferas necessárias e os custos permitidos serão recuperados por meio do direito às quantidades de petróleo produzido.

Exige-se que as Concessionárias preparem e mantenham registos contabilísticos precisos e atualizados de todos os custos, despesas e créditos das operações petrolíferas. O INP, na sua capacidade como a autoridade competente do Governo, tem o direito de auditar as contas e registos das empresas.

O objetivo da tarefa debatida neste relatório foi realizar uma auditoria, em nome do INP, dos custos contraídos em 2015 para a Área 1 operada pela Total¹. Para avaliar os custos e proporcionar garantia ao Governo de Moçambique que os custos reclamados como recuperáveis cumprem todos os termos e condições do CCPP para se qualificarem como custos recuperáveis.

1.2 Constatções

1. Foi realizada uma auditoria ao Extrato de Recuperação de Custos de 2015 e a Tabela 1.1 apresenta um resumo das constatações.

Tabela 1.1: Extrato de Recuperação de Custos Auditados			
Classificação da Recuperação de Custos do CCPP	Extrato de Recuperação de Custos (Submetido)	Custo Considerado Inelegível para Recuperação pela Auditoria	Extrato de Recuperação de Custos (Auditado)
Exploração	133.663.559	1.555.345	132.108.214
Desenvolvimento e Produção	450.953.481	7.995.775	442.957.706
Total	584.617.040	9.551.120	575.065.920

2. As duas classificações de recuperação de custos do CCPP relevantes em 2015 foram: Exploração; e Desenvolvimento e Produção. O custo total de 584.617.040 USD reclamado no Extrato de Recuperação de Custos foi corretamente classificado como 133.663.559 USD de Exploração e 450.953.481 USD de Desenvolvimento e Produção.

¹ A Anadarko foi a operadora da Área 1 durante o período abrangido por este relatório. A Total adquiriu a participação da Anadarko em Setembro de 2019 e é referida como a operadora neste relatório para fins de simplificação.

3. O valor total das transações justificativas (JADE 2015) fornecidas pela Total é inferior ao custo total reclamado no Extrato de Recuperação de Custos em 21.843 USD. Desta forma, esta quantia está incluída no grupo de custos considerados inelegíveis para recuperação.
4. A Tabela 1.2 apresenta o custo total reclamado para recuperação alocado em três grupos baseado nas constatações da auditoria.

Tabela 1.2: Resumo das Constatações como Grupos de Custos			
Grupo	Definição	Custo no Grupo (USD)	% do Custo Reclamado
A	Custos considerados elegíveis para recuperação.	575.065.920	98,4%
B	Custos considerados elegíveis para recuperação mas necessitam de reclassificação.	-	-
C	Custos considerados inelegíveis para recuperação	9.551.120	1,6%
Total		584.617.040	100%

5. A Tabela 1.3 apresenta dados dos custos considerados inelegíveis para recuperação.

Tabela 1.3: Custos Considerados Inelegíveis para Recuperação				
Custos Reclamados (USD)	Quantia Considerada Inelegível (USD)	Número do Documento FI	Fundamentos	
Exploração				
1.091.000	1.091.000	4900014902 (4900145111)	O número do documento refere-se a materiais transferidos do bloco em terra para o bloco offshore. Contudo, estes materiais permaneceram não utilizados pelo bloco offshore até à data. Consultar o Anexo 1 para obter mais informações sobre a transação.	
10.325.807	464.345	Vários	Quantia calculada de Despesas Gerais em excesso no extrato de recuperação de custos. Consultar a Tabela 4.3.	
	-67,371		Diferença entre o valor total na demonstração de recuperação de custos e a soma total das transações no JADE 2015.	
Desenvolvimento e Produção				
	89.214		Diferença entre o valor total na demonstração de recuperação de custos e a soma total das transações no JADE 2015.	
5.612.471	5.612.471	Vários	Custo CSR Total no extrato de recuperação de custos. Custos CSR não recuperáveis tal como informado pelo INP.	
2.234.208	2.234.208	100022025	Documento indicado como estorno dos Documentos números 4900002501 e 4900012902, mas estes documentos possuem um valor a zero associado aos mesmos.	
136.111	13.611	1300002347	Consultar o Anexo 1 para obter mais informações sobre estas transações relacionadas com a provisão de honorários à Société Générale. O documento mostra que os honorários gerais da SG foram extrapolados deliberadamente para mitigar o efeito dos 10% de Imposto de Retenção na Fonte. O custo incremental de 10% para o projeto foi, desta forma, considerado inelegível para recuperação.	
136.111	13.611	1300004227		
136.111	13.611	1300005075		
136.111	13.611	1300010235		
136.111	13.611	1300010786		
136.111	13.611	1300010879		
136.111	13.611	1300015269		
136.111	13.611	1300015839		
136.111	13.611	1300030602		
136.111	13.611	1300032200		
129.861	12.986	1300010234		
Total	9,572,963			

6. A Tabela 1.4 mostra um custo total de US \$ 3.861.005 referente a materiais de perfuração enviados para os EUA em 2015 para serem vendidos. Entendemos que os materiais ainda não foram vendidos e o tratamento de qualquer produto da venda precisa ser discutido e acordado.

Tabela 1.4: Custos a serem discutidos entre INP e Total	
Número do documento FI	Custo reivindicado (USD)
4900138798	1,730,909
4900138797	685,496
4900137051	1,072,499
4900137380	372,100
Total	3,861,005

1.3 Recomendações

As nossas recomendações relacionam-se com os desafios que encontramos durante a auditoria.

1.3.1 Desafios do Processo

- Acesso atrasado.** A Total demorou várias semanas para fornecer com sucesso acesso aos membros da nossa equipa à sua base de dados de documentos online (SharePoint).
- Dados incompletos.** Inicialmente, muitos dos documentos listados no JADE para documentar os custos reclamados para recuperação não estavam disponíveis no SharePoint.
- Dados desnecessários.** Muitas transações incluídas no JADE não possuem impacto financeiro no Extrato de Recuperação de Custos e foi desperdiçado tempo significativo no processamento destes dados redundantes.
- Numeração Não Exclusiva dos Documentos.** O sistema de Informações Insuficientes nos Documentos. Muitos documentos justificativos fornecidos inicialmente, especialmente os relacionados com os custos internos, não possuíam informação detalhada no que diz respeito à base da sua determinação. numeração de documentos da Total é um sistema que permite que várias transações não relacionadas frequentemente partilhem um mesmo número de documento. Consequentemente, foram desperdiçados recursos no processamento de documentos que não estavam relacionados com as transações alvo.
- O efeito global destes desafios resultou em que imenso do nosso tempo e recursos fosse desperdiçado à espera de documentos ou a tentar localizar documentos que necessitávamos para verificar os custos reclamados para recuperação.**

Acreditamos que estes desafios poderiam ter sido evitados e recomendamos que o INP e a Total deverão trabalhar em conjunto para implementarem um sistema e processos aceitáveis mutuamente para levar a cabo auditorias futuras de forma mais eficaz e eficiente.

1.3.2 Âmbito da Auditoria

O âmbito da auditoria reportada aqui está limitado à verificação da documentação fornecida pela Total para justificar as transações que contribuíram para os custos reclamados no Extrato de Recuperação de Custos.

Para todos estes custos (internos e externos), o nosso trabalho de auditoria não determinou se as quantias verificadas eram justas e razoáveis. Adicionalmente, no que diz respeito a custos internos, não verificámos a base dos custos com a remuneração de colaboradores, o sistema/processo de registo de tempo da empresa e a base de alocação de custos aos números dos documentos.

Recomendamos que, à medida que o INP desenvolve o seu processo e capacidade de auditoria, deverá considerar alargar o âmbito da sua auditoria para abordar algumas destas questões.